

ATA DA SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 12-8-2019.

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulo Brum e Reginaldo Pujol. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, André Carús, Bernardete Senna, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Eng^o Comassetto, Felipe Camozzato, Fernanda Machado, Hamilton Sossmeier, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo n^o 132/19 (Processo n^o 0283/19), de autoria de Alvoni Medina; o Projeto de Lei do Legislativo n^o 111/19 (Processo n^o 0236/19), de autoria de Airto Ferronato; o Projeto de Resolução n^o 020/19 (Processo n^o 0254/19), de autoria de João Bosco Vaz; os Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 105, 122 e 127/19 (Processos n^{os} 0214, 0259 e 0277/19, respectivamente), de autoria de Márcio Bins Ely; o Projeto de Lei do Legislativo n^o 136/19 (Processo n^o 0296/19), de autoria de Mônica Leal; o Projeto de Lei do Legislativo n^o 104/19 (Processo n^o 0212/19), de autoria de Prof. Alex Fraga. Também, foi apregoado o Processo SEI n^o 037.00120/2019-07, de autoria de Márcio Bins Ely, informando, nos termos do artigo 227, § 6^o, do Regimento, sua participação, do dia quatorze ao dia dezesseis de agosto do corrente, no lançamento da Frente Parlamentar Mista do Mercado Imobiliário e em homenagem aos corretores de imóveis, em Brasília – DF. A seguir, foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Adeli Sell e Roberto Robaina, solicitando alterações na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em continuidade, em face de Licença para Tratar de Interesses Particulares de Cláudio Janta do dia doze ao dia dezesseis de agosto do corrente, a Presidente declarou empossada na vereança, em substituição, pelo mesmo período, após a entrega de seu Diploma e de sua declaração pública de bens, bem como a prestação do compromisso regimental, Bernardete Senna, informando-a que integraria a Comissão de Constituição e Justiça. Na oportunidade, foram apregoadas declaração firmada por Cassio Trogildo, informando o impedimento do suplente Giovane Byl em assumir a vereança, e declarações firmadas por Vilmar Fraga da Silva, Toninho do Taxi, Ramalho Santos e Rodrigo Marques Rysdyk, informando seus impedimentos em assumirem a vereança, todos do dia doze ao dia dezesseis de agosto do corrente. Após, Bernardete Senna pronunciou-se, nos termos do artigo 12, § 8^o, do Regimento. Em prosseguimento, em face de Licença para Tratar de Interesses Particulares de Cláudio Janta do dia doze ao dia quatorze de agosto do corrente, a Presidente declarou empossada na vereança, em substituição, pelo mesmo

período, após a entrega de seu Diploma e de sua declaração pública de bens, bem como a prestação do compromisso regimental, Fernanda Machado, informando-a que integraria a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. Na oportunidade, foram apregoadas declarações firmadas por Ricardo Gomes e Moisés Barboza, informando os impedimentos, respectivamente, dos suplentes Matheus Ayres, Fernanda Jardim, Tarso Roveda Boelter, Jorge Cuty, Guilherme Paradedda, Vitor Hugo de Alcantara Filho, Vinicius Dambroz Escobar, Aldoir Machado Borges, Marcelo Tadeu de Lima Fraga e Fernanda da Cunha Barth e dos suplentes Alvaro Araujo, Lourdes Dallacort, Adroaldo Rodrigues, Henry Ciciliani Costa Ventura e Amancio dos Santos Ferreira em assumirem a vereança do dia doze ao dia quatorze do corrente. A seguir, Fernanda Machado pronunciou-se, nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento. Em continuidade, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a assinalar o transcurso do Dia do Estudante, nos termos do Requerimento nº 053/19 (Processo nº 0215/19), de autoria de Adeli Sell. Compuseram a Mesa: Mônica Leal, presidindo os trabalhos; Gabriela Silveira, Vice-Presidente da União Nacional dos Estudantes do Rio Grande do Sul; Vitória Cabreira, Presidente da União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre; Aline Kerber, da Associação Mães & Pais pela Democracia; Pedro Felice Cladera e Denise Terezinha Hartmann Galeazzi, do Movimento em Defesa da Educação; Aghata Pinto Pereira, do Grêmio Estudantil do Colégio Glicério Alves; Maurício Soccol Lorenzatto, da União dos Estudantes Livres. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Adeli Sell, proponente, Karen Santos, em tempo cedido por Hamilton Sossmeier, e Valter Nagelstein. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Prof. Alex Fraga, Airto Ferronato, Roberto Robaina, Mauro Zacher e André Carús. Após, a Presidente concedeu a palavra a Gabriela Silveira, que se pronunciou acerca da presente solenidade. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte e oito minutos às quinze horas e trinta minutos. Em prosseguimento, foi apregoado o Processo SEI nº 138.00032/2019-87, de autoria de Idenir Cecchim, solicitando autorização para representar externamente este Legislativo, no dia doze de agosto do corrente, na cerimônia de inauguração do Estação Cidadania Restinga, em Porto Alegre. A seguir, Mauro Pinheiro apresentou Requerimento, não recebido pela Presidente, solicitando a inclusão da Redação Final do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/18 (Processo nº 0721/18) na Ordem do Dia. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Mauro Pinheiro. Em continuidade, por solicitação de Roberto Robaina, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a José Luiz Strappazon. Às quinze horas e cinquenta e três minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Karen Santos e Roberto Robaina, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 321/17 (Processo nº 2918/17). Foi apregoado Requerimento de autoria de Mauro Pinheiro, deferido pela Presidente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei do Legislativo nº 189/17 (Processo nº 1000/17). Em Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 209/15 (Processo nº 2074/15), por vinte e um votos SIM e cinco votos

NÃO, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, André Carús, Bernadete Senna, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga e Ricardo Gomes e Não Airto Ferronato, Cassiá Carpes, Felipe Camozzato, Fernanda Machado e Mauro Pinheiro. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 095/19 (Processo nº 0373/19). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 051/17 (Processo nº 3137/17), após ser discutido por Cassio Trogildo e Prof. Alex Fraga. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 051/17. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 051/17, por vinte e cinco votos SIM e um voto NÃO, em votação nominal solicitada por Lourdes Sprenger, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Bernadete Senna, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Fernanda Machado, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga e Ricardo Gomes e Não Felipe Camozzato. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 321/17 (Processo nº 2918/17), após ser discutido por Adeli Sell, Fernanda Machado, Airto Ferronato, Karen Santos e Aldacir Oliboni. Foram aprovadas as Emendas nºs 01 e 02 apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 321/17. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 321/17, por vinte e um votos SIM e dois votos NÃO, em votação nominal solicitada por Mendes Ribeiro, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, André Carús, Bernadete Senna, Cassio Trogildo, Cláudia Araújo, Felipe Camozzato, Fernanda Machado, Hamilton Sossmeier, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga e Professor Wambert e Não Mendes Ribeiro e Ricardo Gomes. Foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Adeli Sell e Cassio Trogildo, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 032/18 (Processo nº 0450/18), após ser discutido por José Freitas, Cassiá Carpes e Aldacir Oliboni. Foram apregoados os seguintes Processos SEI, informando, nos termos do artigo 227, § 6º, do Regimento, participações em eventos no dia doze de agosto do corrente, em Porto Alegre: nº 049.00046/2019-17, de autoria de Reginaldo Pujol, na cerimônia de inauguração do Estação Cidadania Restinga; nº 053.00070/2019-33, de autoria de Valter Nagelstein, na solenidade de formatura em comemoração ao sexagésimo quarto aniversário do 9º Batalhão de Polícia Militar. Foi apregoado o Processo SEI nº 122.00057/2019-96, de autoria de Engº Comassetto, solicitando autorização para representar externamente este Legislativo, no dia doze de agosto do corrente, na cerimônia de inauguração do Estação Cidadania Restinga, em Porto Alegre. Durante a sessão, Mauro Pinheiro, Ricardo Gomes, Cassio Trogildo e Airto Ferronato manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foi registrada a presença de

Marquinho Lang, ex-deputado estadual. Às dezesseis horas e cinquenta e três minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Aldacir Oliboni, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mendes Ribeiro e Mônica Leal e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

VEREADOR ADELI SELL (PT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornamos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Adeli Sell. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a sessão do dia 15 agosto de 2019.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em razão da Licença para Tratar de Interesses Particulares do Ver. Cláudio Janta, no período de 12 a 16 de agosto de 2019, e em razão da impossibilidade de os suplentes Giovane Byl, Vilmar Fraga da Silva, Toninho do Taxi, Ramalho Santos, Rodrigo Marques Rysdyk assumirem a vereança, a suplente Bernadete Senna assumirá a vereança. Solicito a suplente Bernadete Senna que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que a suplente Bernadete Sena prestará a seguir.

SUPLENTE BERNADETE SENNA (SD): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Declaro empossada a Ver.^a Bernadete Senna. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Bernadete Senna, V. Exa. integrará a Comissão de Constituição e Justiça.

A Ver.^a Bernadete Senna está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADORA BERNADETE SENNA (SD): Boa tarde a todos e a todas, o meu nome é Bernadete Senna, eu tenho 53 anos de idade e é com muito orgulho que hoje assumo nesta Casa. Uma Casa que eu trabalhei muito por fora para ajudar muitos vereadores que aqui estão e hoje eu tive a oportunidade. Agradeço, em primeiro lugar, à minha família, aos meus filhos, ao meu esposo, agradeço a Deus por me dar essa oportunidade e agradeço, em especial, ao Ver. Cláudio Janta que me deu a oportunidade de poder mostrar o meu trabalho, um trabalho que eu exerço há mais de 20 anos na comunidade onde eu moro. É com muito orgulho que aqui estou, agradecendo a todos, para não citar nomes e deixar alguém de fora, aos meus amigos, e eles sabem quem foi que me colocou aqui, lutando por nossos ideais, lutando pela nossa lealdade, lutando pela nossa comunidade, lutando pelo nosso povo, que é o mais importante. Não tenho muito mais a dizer nem muito mais a agradecer, mas agradeço a vocês também que aqui se encontram e que hoje estão a me escutar. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Seja muito bem-vinda, Ver.^a Bernadete Senna.

Em razão da Licença para Tratar de Interesses Particulares do Ver. Moisés Barboza, no período de 12 a 14 de agosto de 2019, e em razão da impossibilidade de os suplentes Matheus Ayres, Fernanda Jardim, Tarso Roveda Boelter, Jorge Cuty, Guilherme Paradedá, Vitor Hugo de Alcantara Filho, Vinicius Dambroz Escobar, Aldoir Machado Borges, Marcelo Tadeu de Lima Fraga, Fernanda da Cunha Barth, Alvaro Araujo, Lourdes Dallacourt, Adroaldo Rodrigues, Henry Ciciliani Costa Ventura e Amancio dos Santos Ferreira assumirem a vereança, a suplente Fernanda Machado assumirá a vereança. Solicito à suplente Fernanda Machado que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que a suplente Fernanda Machado prestará a seguir.

SUPLENTE FERNANDA MACHADO (PSDB): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Declaro empossado a Ver.^a Fernanda Machado. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Fernanda Machado, V. Exa. integrará a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana.

A Ver.^a Fernanda Machado está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADORA FERNANDA MACHADO (PSDB): Boa tarde a todos e a todas. Gostaria de saudar os cidadãos de Porto Alegre que nos assistem pela TVCâmara, os amigos que estão nas galerias e os demais que nos assistem. Quero também, em nome da nossa Presidente Mônica Leal, saudar os meus pares, vereadores de Porto Alegre. Quero dizer da minha imensa alegria e satisfação de estar exercendo esse mandato hoje, graças ao Ver. Moisés Barboza que tem dado voz àqueles que ajudaram a conquistar o mandato do PSDB. Quero agradecer também ao Ver. Nedel e ao Ver. Ricardo Gomes do PP que, num ato altruísta, falaram com seus companheiros e me possibilitaram a chance de estar aqui hoje, 15 anos depois da primeira vez que concorri, quando tinha apenas 19 anos, lá em 2004. Assumo com uma grande satisfação e quero dizer para vocês que eu vivi e cresci em comunidades carentes de Porto Alegre, eu sempre tive ideais, eu sou a mais velha de cinco irmãos, a minha mãe foi uma mulher muito guerreira, que lutou e batalhou para sustentar a nós seis. Quero dizer que a minha maior inspiração dentro da política é uma mulher e ela se chama Noeli Rodrigues Pereira, que é a minha mãe. Eu dedico este mandato, hoje, a ela! Eu dedico também aos meus cinco irmãos, a quem amo muito; e também quero dedicar ao meu marido e à minha filha.

Quero dizer para vocês, nesta tarde, que a mulher em Porto Alegre é quem mais sofre. O nosso Estado, ainda, infelizmente, é um Estado machista. Porto Alegre é a cidade que mais mata mulheres. Quero dizer a vocês que estou atuando na Prefeitura de Porto Alegre em defesa da mulher, eu venho de comunidades e sei como funciona dentro de uma comunidade, eu sei o que nosso povo passa aí fora, eu tenho noção do que é preciso fazer. Quero dedicar este mandato também a todas as mulheres de Porto Alegre e quero dizer que vou lutar sempre. Se alguém aqui acha que vou desistir de lutar pelos direitos da mulher, jamais! Parafraseando Martin Luther King, como foi na minha primeira campanha – quando eu tinha 19 anos e não fazia ideia do que era a política, não fazia ideia de como funcionavam as coisas –, eu tenho um sonho, sim, para Porto Alegre, que é ver a igualdade de gênero, é ver uma Porto Alegre que não mata mulheres, é ver uma Porto Alegre que não discrimina mulheres e ver uma Porto Alegre onde as empresas apoiam as mulheres e não deixam de dar emprego só porque elas vão tirar licença-maternidade, Ver.^a Karen; porque isso acontece! As mulheres não conseguem emprego, muitas vezes, porque os empregadores ficam com medo de dar um emprego porque ela pode vir a ter filhos e deixar de trabalhar por quatro ou seis meses. Eu quero uma Porto Alegre justa para todos; eu quero uma Porto Alegre onde a mulher ganhe igual ao homem; eu quero uma Porto Alegre para todos.

Estou muito feliz e vou exercer com muito orgulho esses três dias de mandato, apesar de ser a primeira vez e serem apenas três dias, sinto-me muito feliz por poder dar voz às minorias, porque eu cresci em comunidade carente e sei como funciona. Quero desafiar vocês, vereadores, que caminhem mais entre as nossas comunidades de Porto Alegre, que conheçam mais a realidade dos mais necessitados, da mulher, do negro e do jovem. Nossa cidade vem sofrendo, e nós precisamos lutar por uma Porto Alegre melhor. Quero dizer que, hoje, também, a Prefeitura de Porto Alegre está fazendo uma grande entrega para a minha comunidade, que é a Restinga. Nós estamos entregando a Estação Cidadania, um projeto que há anos não saia do papel, e este governo está tirando do papel. Vai ter esporte, vai ter cultura, vai ter teatro. É uma oportunidade para os jovens da Restinga terem um local para se encontrarem, para discutir ideias, onde vão poder estar fora das ruas da periferia, o que a gente sabe que não é bom. Agradeço, mais uma vez, ao Moisés Barboza, que dá voz a todos nós suplentes. Muito obrigada e boa tarde a todos e a todas.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEGAL (PP): Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso do Dia do Estudante, nos termos do Requerimento nº 053/19, de autoria do Ver. Adeli Sell.

Convidamos para compor a Mesa: Sra. Gabriela Silveira, vice-presidente da União Nacional dos Estudantes do Rio Grande do Sul; Sra. Vitória Cabreira, presidente da União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre – UMESPA; Sra. Aline Kerber, representante das mães e pais pela democracia; Professor Pedro Felice Cladera e Denise Terezinha Hartmann Galeazzi, representantes do Movimento em Defesa da Educação; Sra. Aghata Pinto Pereira, representante do Grêmio Estudantil do Colégio Glicério Alves; Sr. Maurício Soccol Lorenzatto, representante da União Estadual dos Estudantes – UEE.

O Ver. Adeli Sell, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica Leal, Presidente desta Casa, quero agradecer às colegas e aos colegas vereadores por podermos antecipar esse período de Comunicações, e agradecer aqui a presença da Gabriela, da Vitória, da Aline, do Pedro, da Denise, da Aghata e do Maurício. Essa Mesa representativa de estudantes e educadores, Ver.^a Mônica Leal, para nós é muito importante, porque nós temos que marcar nesta data a homenagem ao Dia do Estudante, e lembrar que os estudantes brasileiros estiveram sempre na vanguarda da luta pela democracia. Foram nas faculdades de direito, lá no final do século XIX, que tivemos a participação na luta pela república. Não podemos esquecer da importância da juventude na década de 1930,

especialmente as mulheres que lutaram pelo direito de voto conquistado tão duramente. Temos que lembrar os estudantes que estiveram no período da defesa do petróleo. Graças à legião de estudantes que saíram às ruas, tivemos a grande vitória do “Petróleo é nosso”. No combate à ditadura militar, os estudantes foram os primeiros a saírem às ruas com suas faixas de “abaixo à ditadura”. No período das “Diretas Já”, os estudantes, mais uma vez, estiveram nas ruas e nas praças. Não foi diferente na luta pelo *impeachment* do ex-presidente Collor; não foi diferente, recentemente, na defesa da educação, e não será diferente amanhã nos grandes atos que vão ser feitos, pelo País afora, em defesa da educação, da democracia, das verbas para o ensino. Nós estamos vivendo momentos muito difíceis neste País, em que a educação é torpedeada todos os dias. As medidas que estão sendo tomadas em nível federal, nos ataques às universidades ou aos institutos federais de educação, com cortes brutais de verbas, com a censura, com ataques à democracia e às liberdades, nós queremos marcar que a juventude, os estudantes, os educadores têm um papel fundamental. E àqueles que têm visões políticas e ideológicas diferentes das nossas, eu quero lembrar que há países em que há governos, inclusive conservadores, que jogaram todo o peso na área da educação. Quero aqui dizer que a nossa Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude sempre teve um papel proativo e, neste ano, está tendo um papel muito mais marcante com a presença do Ver. Prof. Alex Fraga na sua presidência.

Portanto, a sua presença aqui, hoje, nesta Mesa, é para marcar esta data, é para mostrar uma foto que nós queremos divulgar para toda a cidade de Porto Alegre e para fora de Porto Alegre: marcamos, na Câmara de Vereadores, com representações de entidades bem diferentes, entidades em que, muitas vezes, houve disputas por sua direção, partidos políticos diferentes, visões políticas e ideológicas diferentes, mas todos unidos na defesa da educação. Por isso, considero-me tremendamente feliz e muito lisonjeado de poder contar com essa representação aqui na Câmara, e com a atenção das senhoras e dos senhores, colegas Vereadores e Vereadoras, e da plateia. Nós vamos continuar neste mesmo diapasão, sempre, absolutamente sempre, na defesa da educação, de uma educação livre, de uma educação que respeite as diferenças, que não haja censura e que não haja, como está havendo em vários lugares, uma perseguição brutal aos estudantes e aos professores. Isso não pode continuar, isso não vai continuar, porque os estudantes sempre estiveram na linha de frente do estado democrático de direito. Por mais verbas para a educação, pela absoluta liberdade de cátedra, nós estamos aqui para dizer: viva os estudantes, viva a educação brasileira! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Uma saudação aos representantes dos estudantes da nossa cidade e do nosso Estado, Gabriela Silveira, Vitória Cabreira, Aghata Pinto, Maurício e Aline, que aqui

representam o setor que mais é atacado, atualmente, por políticas terríveis que trarão grande retrocesso para nossa sociedade. Infelizmente, gostaríamos de saudar o Dia do Estudante como um dia de celebração, deveria ser um dia de alegria, para resgatar aquilo que nos é tão delicado, a possibilidade de as pessoas transformarem as suas vidas através do processo emancipatório que a educação tem a oferecer, mas, nesses tempos obscuros em que vivemos, percebemos a nossa cidade, a nossa querida Porto Alegre, com um problema gravíssimo: nós temos um altíssimo índice – vamos dar destaque a isso, infelizmente – de evasão escolar. Isso não nos orgulha, como profissionais da educação, como docentes, mas é um problema que precisamos enfrentar, com todos os esforços, para evitar a evasão e garantir que as pessoas possam ficar mais tempo nas instituições escolares. De acordo com o que foi trazido a esta Câmara de Vereadores pelo juiz Sidinei Brzuska, da 1ª Vara de Execuções Criminais, a maioria dos apenados no Presídio Central, em torno de 70%, não chegaram até a quinta série do ensino fundamental. E a cada ano que se mantem nas salas de aula, garante-se uma chance de 10% da pessoa não estar ali. Portanto, esses dados deveriam ser levados em consideração, para avaliação das políticas públicas que garantissem aos estudantes as maiores possibilidades, ou todas as possibilidades de concluírem a sua escolarização. Nesta mesma Câmara de Vereadores, onde se discute esse assunto e se presta homenagem a vocês, representantes desse segmento da nossa população, tramita um projeto de lei que muito provavelmente vai agravar ainda mais esse problema, um projeto de lei que visa acabar, pelo menos, para uma parte dos estudantes desta cidade, com o meio-passe estudantil. Se esse problema já é grave, vai piorar. E não deveríamos debater esse tipo de política, deveríamos única e exclusivamente repudiá-la, mas não é a visão do senhor que se senta na cadeira do Paço Municipal desta Cidade. Ele não mede esforços para, nas suas próprias palavras, fazer contenção de despesas. Na verdade, está garantindo os lucros do empresariado do transporte público desta cidade às custas justamente daqueles que deveriam ter os seus direitos respeitados, e o direito ao acesso à educação emancipadora, deveria ser o ponto norteador de qualquer governo.

Parabenizo a todos que estão aqui fazendo este debate e fazendo esse enfrentamento necessário, porque, justamente, dias que deveriam celebrar com alegria determinadas datas, como o Dia do Estudante, infelizmente tornam-se importantes por serem dias de luta, dias de reivindicações, dias de dizer não aos retrocessos.

Parabéns a vocês, ao professor Pedro e à Denise Terezinha, representando um outro segmento aqui, um movimento em defesa da nossa combatida educação. Mas estamos aí, de cabeça erguida, resistindo e evitando que o nosso País, que já está em maus lençóis, torne-se o caos social que os governos estão propondo. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero trazer um abraço aos nossos visitantes na tarde de hoje, especialmente aos nossos estudantes, e dizer que hoje se comemora o Dia do Estudante. Quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar o Ver. Adeli Sell que propôs a homenagem. Cumprimentos e parabéns. Sou professor e venho de longe, muito longe, e nós acompanhamos, eu me lembro bem quando, há algumas décadas, se falava tanto do produto asiático, tudo o que se dizia que não era bom era produto chinês, coreano nem se fala. Num determinado momento, começou a se falar do que tudo que não é bom é produto do Paraguai. Se nós olharmos e analisarmos hoje como se produz produtos no mundo, vamos ver que produtos asiáticos hoje quase que dominam o comércio mundial, e o produto chinês, que era tão menosprezado lá atrás, hoje é uma marca que todo mundo consome, e o Paraguai também está despontando por aí. E nós, no Brasil, sabemos a dificuldade que estamos vivenciando. Por que aqueles países se tornaram os tigres asiáticos? Porque investiram substancialmente na educação, e eles precisam servir de modelo para o nosso País, que, por incrível que pareça, ainda na semana passada, cortou 300 milhões de recursos da educação. Nós temos o chamado contingenciamento de gastos, que é uma redução do tamanho do gasto público. E, quando se contingencia gastos, neste País, com certeza, se retira recursos da educação. Portanto, a comemoração de falar em educação é falar no desenvolvimento no futuro do nosso País, de qualquer país. Por isso que estamos aqui para trazer a nossa saudação a todos e para dizer que, mais uma vez repetindo, com a experiência que eu tenho como professor, só temos um caminho para o desenvolvimento social e econômico, que é através de incentivo de investimentos em gastos na educação. E vocês, jovens, que já são o presente e que também serão o futuro deste País, esta luta é uma luta de vocês, mas também é nossa. Obrigado, um abraço a todos e parabéns a vocês. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Hamilton Sossmeier.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, vereadoras e vereadores, público que nos assiste na TVCâmara, público que nos assiste nas galerias; subo a esta tribuna no dia de hoje para não só convocar, mas para declarar o meu apoio às mobilizações que estão acontecendo em todo o País. Amanhã, tem ato marcado na rua a partir das 18 horas, na Esquina Democrática, para reivindicar o direito à educação, ao emprego e à aposentadoria. Não é só uma questão da educação, mas esse tripé que hoje vem sendo atacado pelos sucessivos governos, mas, sobretudo, pela atual gestão Bolsonaro. Eu digo isso, porque a gente viveu um *boom* da expansão e da popularização do ensino superior, sobretudo, dentro das universidades privadas sem que houvesse um projeto econômico que absorvesse essa força de trabalho especializada. Hoje, no Brasil, a gente tem uma fuga de cérebros. As pessoas que têm graduação, especialização estão

indo procurar outros lugares do mundo para conseguir se realizar dentro da sua profissão. Ou, muitas vezes, infelizmente, sendo *babysitter*, garçõete na Europa, nos Estados Unidos, porque hoje o mercado de trabalho brasileiro não tem vaga para esses trabalhadores. Isso é uma falta de respeito com todo esse projeto de futuro que foi orquestrado sobretudo para a juventude. Eu acho que todos os governos têm responsabilidade na atual situação da educação. Em relação às escolas públicas, elas estão passando por um processo de precarização, elas são anacrônicas frente a todos os desafios que estão colocados do desenvolvimento tecnológico e do progresso, mas a gente entende que o contingenciamento de quase R\$ 400 milhões proposto pelo governo Bolsonaro, que vai afetar, sobretudo, o material didático e a tecnologia que chegaria nas escolas, significa aprofundar esse fosso que existe das escolas básicas e do ensino superior. Está se caminhando na contramão no sentido do que a gente acredita que é o investimento, que são novos quadros, que é pensar também o progresso desde a educação de base.

O projeto Future-se igualmente mexe e aí mexe para pior na lógica que hoje está posta dentro das universidades públicas. Oitenta por cento do conhecimento do desenvolvimento tecnológico que o Brasil produz, ele produz dentro das universidades públicas. E o Future-se, além de mexer na responsabilidade, no diálogo e na democracia dos institutos em conseguir garantir uma lógica de gestão democrática, também impõe uma série de metas e uma outra lógica que vai fazer com que as universidades tenham que competir entre si para conseguir recursos. A gente acredita que, no fundo, precisamos de um projeto econômico que industrialize o nosso País, em que o conhecimento das universidades seja utilizado para a gente ter patente para a nossa lógica de desenvolvimento sustentável, em que a produção de tecnologia seja pautada no novo projeto de desenvolvimento nacional e que gere emprego de qualidade para todos e todas. O que o governo Bolsonaro vem fazendo, o que o Leite vem fazendo, Marchezan vem fazendo é formar as pessoas para o desemprego e, quiçá, para o trabalho precário. Toda essa uberização da vida, engenheiros, pedagogos, arquitetos, advogados tendo que se submeter a um trabalho de Uber, Uber Eats, iFood, a gente acredita que esse é o futuro que vem sendo planejado por esses governos quando eles atacam um dos pilares da sociedade, que é a educação igualitária de qualidade para todos. Nesse sentido, quero convocar para amanhã, dia 13 de agosto, dia importante para a gente estar na rua dialogando com a população, porque é o nosso futuro que está na reta, e a gente não pode abrir mão de batalhar por isso. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Parabéns, Ver. Adeli Sell, por ter convocado esta atividade, que veio em boa hora. Amanhã, como disse a Ver.^a Karen, haverá uma

manifestação nacional muitíssimo importante, onde, certamente, teremos centenas de milhares de jovens do País inteiro se mobilizando em defesa da educação – e não é a primeira vez. Neste ano, tivemos duas grandes manifestações de massa no Brasil, com a força que veio da base da sociedade organizada, que foram nos dias 15 e 30 de maio. Foram duas grandes mobilizações fundamentais em defesa da democracia. Não é à toa que surgiu o movimento dos pais e mães em defesa da democracia. Nós temos, hoje, um presidente da república que tem como política, que tem como estratégia, liquidar as liberdades democráticas do País. Essa é a estratégia do Presidente Bolsonaro. Então, como todo projeto, embora nós não tenhamos um governo fascista, porque um governo fascista depende de relações de força; o fascismo não é simplesmente uma escolha do político “x” ou “y”, mas também é uma relação de forças. O Presidente Bolsonaro é, sim, um defensor do projeto fascista adaptado às condições nacionais, e como todo projeto fascista, não tem como não se enfrentar com a juventude, com a educação, com a ciência e com a cultura. Não é à toa que os primeiros ataques do governo Bolsonaro foram justamente às universidades, aos educadores, aos estudantes, de modo desqualificado, como é a característica deste Presidente – nós temos um Presidente desqualificado, além de ter posições fascistas. Eu não vou nem reproduzir as bobagens que o Presidente Bolsonaro fala, porque dá vergonha. Então não é à toa que a resistência com o peso de massas começou no setor educacional, por isso nós tivemos, no dia 15 de maio, um verdadeiro levante estudantil no País, que foi seguido pelo dia 30 e que, no dia de amanhã, tem a sua continuidade.

Nós tivemos um congresso da UNE que foi muito importante, um dos mais importantes congressos da UNE da história da entidade, que ocorreu no final deste semestre em Brasília: foram mais de 10 mil estudantes que se reuniram em Brasília demonstrando que a nossa juventude está disposta, sim, a lutar para defender a educação, para defender a cultura, as liberdades democráticas que estão ameaçadas, se nós não tivermos um movimento de massas e de resistências. Por isso que é tão oportuna a homenagem que o Adeli promoveu. Não é um dia qualquer de estudante. O mês de agosto, por sinal, é um mês que sempre, na história do País, teve seus momentos de luta democrática importantes: foi no dia 16 de agosto que nós tivemos o movimento dos cara-pintadas, o primeiro momento em que, quando o Collor pediu para as pessoas saírem de verde e amarelo, milhões de pessoas saíram de preto protestando contra o seu governo.

Agora, nós temos esse 13 de agosto, que é uma marca de continuidade desse processo de resistência. Eu estou confiante que seja forte; nós sabemos que a resistência tem que ser grande. Nós estamos vendo, inclusive, como na própria política local há tentativas de criminalizar a educação; nós vimos isso no Rosário, ações de políticos inclusive ligados ao governo Marchezan tratando de atacar os professores e a comunidade educacional no Colégio Rosário, inclusive com a participação de uma secretária de Estado, o que é uma vergonha.

Então parabéns, contem conosco. A luta da juventude, dos professores, dos funcionários de escola, das universidades e dos estudantes é a nossa luta, é a luta para

salvar o País. Por isso vocês estão de parabéns, e mais uma vez afirmo nosso compromisso com a defesa da educação e da mobilização. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Vou começar pela fala do Ver. Aírto Ferronato que toca num ponto fundamental, ele falou aqui dos tigres asiáticos. Ele disse, o que é verdade em parte – e eu vou dizer por que eu digo em parte –, que o fator determinante para que os tigres asiáticos se transformassem o que são hoje foi a educação. Mas eu quero dizer que a educação por si só não basta para fazer um país desenvolvido. O Uruguai, aqui ao lado, tem 100% de taxa de alfabetização, mas é um país com um enorme índice de pessoas que foram embora do país, jovens principalmente, por falta de oportunidade, foram morar na Europa, mundo afora. O Uruguai, do tamanho do Rio Grande do Sul, tem três milhões de habitantes, praticamente não tem indústria e tem 100% de alfabetização.

Cuba é um país com altíssimos índices de educação em muitas questões e não conseguiu se desenvolver economicamente. De tal forma que, mais recentemente, teve que se abrir economicamente para poder ter mais liberdade, porque as pessoas compravam banana, compravam carne racionadamente. Eu estou dizendo isso, Ver. Adeli, porque temos acordo de que educação é fundamental, mas a educação, sozinha, não produz os resultados de justiça social e de oportunidade que o jovem precisa. Os Tigres Asiáticos só assim o são porque ao lado da educação tiveram um sistema de economia livre. E junto, no bojo do sistema de economia livre...

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Não é para fazer política estudantil aqui, estou fazendo o meu discurso – o senhor tem direito de acreditar no seu socialismo. Não estou divergindo, só estou afirmando as minhas convicções, firmadas ao longo de 49 anos de vida, de um jovem que morou fora, inclusive, na Europa, por um ano para estudar, vendo como a coisa funciona. Os Tigres Asiáticos têm um sistema de economia livre, em que tem, sabe o que, gente? Inovação. Todo mundo gosta de ter um *tablet*, todo mundo gosta de ter um telefone, todo mundo quer ter um *chip*, um processador da Intel, todo mundo quer, se possível, acessar TV a cabo para ter a janela do mundo aberta. Sabe como se faz isso? Com liberdade econômica. A China, por exemplo, tem um sistema capitalista na economia, mas é regida por um partido comunista, e lá a internet é censurada! Isso é democracia? Não é.

Então, quero dizer que educação é fundamental, mas para que ela aconteça precisa ter liberdade. Eu quero dizer que não é a educação que está sendo atacada,

porque se ela está sendo atacada agora, no governo Dilma cortaram bilhões de educação, no governo Lula cortaram bilhões da educação – cortou-se recurso do Fies. Muitos jovens que tinham acesso ao financiamento o perderam. O que está se tratando especificamente neste momento, infelizmente, é uma guerra política. Havia uma hegemonia de determinado grupo que fala em democracia, mas defende a Venezuela – PT e PSOL! Esse grupo era hegemônico na educação. Essa hegemonia começou a ser contestada, e grande parte... Eu pergunto a vocês – está aqui alguém que estudou na escola pública, da primeira a oitava série, na Escola Estadual de Ensino Médio Silveira Martins, em Bagé – alguma vez se fala em liberalismo, em conservadorismo, mesmo na academia? A gente não sabe o que é isso. As teses, no Brasil, Robaina, inclusive de doutorado e mestrado, são todas dirigidas para uma vertente de pensamento. Isso não é liberdade, meus amigos! Então, o que foi atacado e está sendo atacado aqui, por uma resposta, é uma visão política, não a educação em si! Eu, como liberal conservador, agarrado nos exemplos dos países mais desenvolvidos do mundo – e que esses, sim, dão exemplos para os jovens –, defendo, em termos de educação, aquilo que está comprovado no laboratório da vida, da prática, e que não é defendido por esses movimentos. Então, eu desejo e vou continuar lutando, para além de qualquer outra coisa, por educação.

Concluo, dando um dado: Porto Alegre – já falei mil vezes aqui, e vou dizer um milhão de vezes, se tiver que dizer – tem os professores mais bem pagos do Brasil, da rede municipal de ensino básico, sendo a média salarial de R\$ 9 mil a R\$ 11 mil. O inicial é de R\$ 7 mil. Em contrapartida, minha querida vereadora, os nossos jovens, especialmente os mais pobres da periferia, recebem a 24ª educação, entre as 27 capitais brasileiras, no *ranking* do IDEB, e no ano passado não puderam fazer a prova do IDEB porque estavam de greve. Então, o que eu quero para vocês é uma sociedade livre, que desenvolva um aplicativo, que tenham acesso à internet, que tenham possibilidade de crescer e que queiram permanecer aqui, no Rio Grande, ou no Brasil, para fazer a vida e fazer um país verdadeiramente desenvolvido e justo. Isso só vai acontecer se nós investirmos em educação, inclusive em educação técnica profissionalizante e em educação de turno integral. Esses são os compromissos que eu tenho, mesmo tendo uma visão conservadora, que é diferente da visão reacionária. Se a gente pudesse, na escola, saber qual a diferença do liberalismo, do socialismo do conservadorismo, nós não estávamos repetindo bobagens, ou falando clichês, como essa história que certos vereadores aqui ficam repetindo sempre de fascismo, fascismo, fascismo. É claro que existe o fascismo, mas, muitas vezes, aquele que é contraparte do fascismo, o oposto, não consegue se enxergar no espelho para ver que ele defende ideias tão nefastas quanto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Olha, meus amigos, tempos difíceis esses. Tempos difíceis. Embora haja, legitimamente, a eleição de um novo governo, que coloca no centro do seu governo, Ver. Adeli, como manda a equipe econômica e que se diz, ao longo da sua trajetória, um liberal, que eu vejo que tem mexido com cabeças, engajado pessoas no novo modelo econômico para o País. E aí eu percebo a confusão que isso faz para alguns que se dizem liberais, que usam desta tribuna, muitas vezes, para fazer defesas em relação ao Estado mínimo, para fazer críticas à eficiência do Estado, mas não conseguem ter clareza perante a teoria que eles defendem. Se o Ver. Valter conhecesse de fato a teoria liberal, estaria aqui dizendo que o que move para os liberais é o aumento da produtividade. E esse aumento da produtividade, evidentemente, vem pelo aumento da produtividade da classe trabalhadora. E, de fato, nós estamos distantes de outros países que conseguem ter uma classe trabalhadora com maior produtividade, com avanço tecnológico, com infraestrutura e com inovação, aqui muito bem colocado pelo vereador que me antecedeu. O fato, vereador, que uma das questões fundamentais para que o nosso País não tenha alcançado a produtividade – tão levantada por aqueles liberais que vêm à tribuna para defender o seu projeto – é a baixa escolaridade, é o baixo investimento em educação do nosso País, que se fôssemos comparar o investimento em educação per capita, se fôssemos comparar investimento em educação do nosso País com esses países que levantaram a produtividade ou que são liberais, veríamos que estamos muito aquém. O que quero dizer aos senhores é que não há aumento de produtividade, se não tivermos um forte investimento em educação, Pedro, coisa que jamais este País fez. Se temos uma dívida com a Nação brasileira, é com investimento em educação. Quando vejo os liberais atacando os salários de professores, dizendo que educação não é prioridade, eu volto ao século XIX e digo que esses não são os liberais que estão nos livros. Voltamos ao velho século XIX, das guerras de classe, é a isso que voltamos, porque os que estão aí são aqueles que querem pagar pouco, aqueles que não entendem que a educação, que a igualdade, que o enfrentamento às desigualdades, que o nosso País tanto precisa, tudo isso se dá com um investimento forte em educação.

Quero aqui parabenizá-los por estarem aqui no dia de hoje, que fortaleçam os seus movimentos, vocês podem ter certeza que terão o nosso apoio, para que possamos garantir e enfrentar esse ministro que está aí, com o respaldo dos liberais, tirando dinheiro da universidade, tirando os recursos da educação básica tão necessária para o nosso País. Pedro, que tu possas aqui fazer a tua campanha, que tenhas no PDT todo apoio necessário para que façamos dos nossos mandatos uma luta permanente em favor da educação.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu acho que nós vivemos numa época em que nunca se discutiu tanto o supérfluo em detrimento daquilo que é fundamental. As frases de efeito acabaram substituindo os investimentos pesados daquelas áreas essenciais do País. As guerras ideológicas e dos costumes também ganharam lugar e tiraram lugar daquilo que sempre se discutiu a vida inteira, e temas como a autonomia universitária, assistência estudantil, investimentos na educação pública de qualidade, o combate ao aumento abusivo das mensalidades das universidades privadas, tudo isso foi deixado em segundo plano. E hoje nós só vemos e assistimos, quase todos os dias, o contingenciamento sendo anunciado, o corte de verbas em áreas tão importantes e, principalmente, na educação, como se as futuras gerações fossem se perpetuar numa espécie de autoconhecimento, o que não é possível. É bem verdade que há poucos anos teve Ministro da Educação que instituiu o piso nacional do magistério e, quando governou o Rio Grande do Sul, não pagou o piso. Isso é verdade também. Então tem erros de todas as correntes, tem erros de todos os partidos, no descaso com a educação, seja ela pública ou privada. Tem erros de todos os lados, mas o fato é que ainda não foram criadas - nem será uma fórmula tão eficaz - condições dignas de trabalho, condições dignas de remuneração que sejam destinadas para que os professores, tanto na educação básica, no ensino médio, como na educação superior, possam transmitir o seu conhecimento para que as futuras gerações tenham, de fato, o reconhecimento que merecem. Nós tivemos agora, em 2017, aqui, fruto da iniciativa do nosso mandato, juntamente com o apoio de quase todos os vereadores que participam, que votaram favoravelmente, e por sugestão da UMESPA e da UGES, a criação de uma Frente Parlamentar em Defesa do Meio Passe. E desde lá temos, também com o apoio de diversas entidades do movimento estudantil universitário, demonstrado que a restrição do meio passe estudantil em Porto Alegre, o direito estudantil que existe há mais de 60 anos em Porto Alegre é, nada mais, nada menos do que um cerceamento de acesso à educação. É nada mais, nada menos do que tirar o jovem de dentro da sala de aula. É nada mais, nada menos do que, de forma abstrata e subjetiva, colocar num projeto de lei que aqueles estudantes que comprovadamente tiverem até três salários mínimos como renda familiar não pagam mais o meio passe. Restringir ou retirar o meio passe em Porto Alegre é provocar evasão escolar. E nós estamos nessa luta, pela frente, com todas as mobilizações em conjunto com a UMESPA, com a UGES e com as demais entidades. Já reunimos mais de 10 mil estudantes aqui na Câmara, nas escolas, nas instituições de ensino. E o governo tem se mostrado sensível, o governo tem se mostrado aberto ao diálogo, e o líder do governo, nosso colega Ver. Mauro Pinheiro, já esteve conosco debatendo essa matéria. Estamos aguardando a agenda com o Sr. Prefeito, e nós temos que fazer com que esse projeto seja retirado. Não vai ser às custas do cerceamento do sonho da juventude que nós vamos baixar mentirosamente o valor da passagem em Porto Alegre. Esse é o grande tema da educação da nossa Cidade neste momento. Assim como não interessa se não é prerrogativa constitucional do Município destinar recurso para o ensino médio – não interessa! O que interessa é que os cursos de ensino médio, os cursos profissionalizantes do Liberato Salzano, no Sarandi, e do Emilio Meyer, na

Medianeira, também tem que continuar. A explicação técnica é uma maravilha, mas essas pessoas também têm que enxergar que esses jovens, ao não terem vagas garantidas no Liberato ou no Emilio Meyer, vão cair aonde? Nas ruas, sem perspectiva, sem vaga de emprego, sem nenhuma oportunidade e sem condições de se qualificar para tocarem as suas vidas, ajudarem no sustento das suas famílias, se emanciparem de um modo geral. Então, fica aqui o registro: o Dia do Estudante também é um dia de afirmação de lutas que nós devemos, independentemente das cores partidárias ou ideológicas. Quem se posiciona contrário aos avanços da educação, sinceramente, não pode prosperar e nem esperar um País melhor. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Sra. Gabriela Silveira, vice-presidente da União Nacional dos Estudantes do Rio Grande do Sul, está com a palavra.

SRA. GABRIELA SILVEIRA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero começar falando sobre o Dia do Estudante, que foi comemorado ontem, no dia 11 de agosto. Concordo em parte com o Ver. Prof. Alex Fraga, que falou que gostaríamos de estar comemorando mais. Eu gostaria de estar aqui hoje comemorando o Dia dos Estudantes que também é o dia em que a União Nacional dos Estudantes completou 82 anos de existência, gostaria de estar falando sobre conquistas, sobre avanços na educação, sobre a abertura de novos *campi* dos IFs, das universidades federais. Mas, felizmente ou infelizmente, hoje, nós temos que falar sobre o Dia do Estudante e das grandes mobilizações. Amanhã vamos comemorar nas ruas o Dia do Estudante, pois, infelizmente, temos sofrido ataques na educação, que eu concordo que são de cunho político, sim; afinal de contas, é de interesse de alguns setores atacar a educação, sucatear a educação. Quero fazer um apelo aos vereadores e vereadoras, pelo compromisso assumido com o povo, que se unam aos estudantes, que se juntem à União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e à União Nacional dos Estudantes para defender a educação. Infelizmente, nós temos um Presidente da República e um ministro da educação que atacam as universidades federais, atacam as universidades públicas e atacam todo o ensino superior, falando que nós produzimos balbúrdia. Bem, eu sou estudante de uma universidade federal e eu gostaria de responder e deixar aqui nítido que a balbúrdia que nós fazemos dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é ajudar as universidades a serem responsáveis por 95% da pesquisa produzida no Brasil. O Hospital Universitário da UFRGS está entre os dez melhores hospitais da América Latina - essa é a balbúrdia que nós produzimos dentro das universidades públicas. A União Nacional dos Estudantes completa 82 anos de defesa da educação e de defesa do nosso País, porque nós entendemos que a educação é fundamental para o desenvolvimento de uma Nação. Espero que todos e todas aqui, também, entendam. Nós fizemos a campanha “o pré-sal é nosso”, conquistamos a Petrobras; a União Nacional dos Estudantes também foi às ruas com o movimento dos caras-pintadas. A União Nacional dos Estudantes tem, na sua história, aqueles e aquelas que ousaram se

impor contra um regime ditatorial, aquele que perseguiu e matou estudantes. Eu quero saudar aqui Honestino Guimarães e Helenira Resende, estudantes que foram perseguidos e mortos durante a ditadura militar. Falou-se aqui em liberdade, e nós também queremos liberdade na educação. Por isso que nós somos contra o Future-se, um projeto que visa acabar com a autonomia universitária, que visa acabar com o caráter público e gratuito das universidades federais. No dia 13, nós estaremos nas ruas, mobilizando todos os estudantes para defender a educação pública, para defender a educação por entender que defender a educação é defender o Brasil. Assim como aqui, em Porto Alegre, defender o meio passe estudantil é defender o direito dos estudantes a irem e virem das escolas. A evasão escolar já é uma realidade na nossa Cidade, e cortar o meio passe estudantil vai agravar ainda mais o problema. Nós queremos que os estudantes tenham, nas suas escolas, acesso à internet, mas hoje o Governo do Estado corta, cada vez mais, verba da educação público, os professores recebem o salário parcelado, quando recebem. Nós queremos acesso à internet, mas nós queremos que as escolas tenham condições de ter acesso à internet.

Amanhã, no dia 13, nós teremos o 3º grande Ato Nacional em Defesa da Educação. Eu quero convidar a todos e todas, os vereadores e as vereadoras a se somarem, porque aqueles e aquelas que têm compromisso com o povo também devem ter compromisso com a educação e combater todo e qualquer tipo de ataque e corte na educação. Em nome da União Nacional dos Estudantes, gostaria de parabenizar todos os estudantes brasileiros e, também, essa entidade que completa 82 anos de muita juventude, de muita luta em defesa da educação e do nosso País. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Agradeço a presença das senhoras e dos senhores. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h28min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h30min: Estão reabertos os trabalhos. Apregoo processo SEI nº 138.00032/2019-87, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que solicita representar esta Casa na cerimônia de inauguração da Estação Cidadania Restinga, na cidade de Porto Alegre, no dia 12 de agosto de 2019, às 15h.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE) (Requerimento): Sra. Presidente, solicitando que a redação final do PLCE nº 005/18, seja incluída na ordem de priorização do dia de hoje e seja votada em plenário, nos termos do art. 113, § 2º e art. 94, § 3º, “g” do Regimento.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Mauro Pinheiro, não é possível receber a sua solicitação, neste momento, em razão do requerimento de renovação de votação do projeto do IPTU, apresentado pelo Ver. Adeli Sell, cujo

recebimento por esta presidência ainda não foi deliberado, pois aguarda parecer da CCJ, o processo legislativo ainda não se encontra concluído, daí por que não há condições regimentais da apreciação da redação final tanto pela CCJ como por este plenário.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente, o processo não está suspenso; se o processo não está suspenso, a redação final, pelo que nos consta, está pronta, já se passaram doze sessões ordinárias, então, conforme nosso requerimento, se já se passaram doze sessões, é direito do vereador requerer. O requerimento do Ver. Adeli Sell não suspende a tramitação do projeto, tendo em vista que ele não foi nem aceito. Não há um requerimento, não é possível suspender a tramitação do projeto, tendo em vista que o requerimento do Ver. Adeli Sell não foi aceito ainda. Então, ele não pode suspender o trâmite de um projeto de lei se ele não foi aceito ainda – ele não pode suspender os trâmites de um projeto.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Vereador, como eu lhe disse, eu fiz uma consulta com a diretoria legislativa, e eu não tenho como, porque o processo legislativo ainda não se encontra concluído, daí por que não há condições regimentais da apreciação da redação final tanto pela CCJ, quanto por este plenário. São essas as orientações que eu tenho.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente, eu gostaria que V. Exa. me dissesse qual é o artigo que diz que eu não posso fazer um requerimento para um projeto que já passou doze sessões ordinárias, quando um artigo do regimento diz que, após cinco sessões ordinárias da CCJ, eu tenho o direito de fazer o requerimento e pedir que seja votada a redação final no plenário.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Só uma questão de fato, V. Exa., não vou me imiscuir no que não é meu poder de deliberação, só informar que a CCJ ainda não recebeu a redação final...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): É o que eu estou tentando informar ao Ver. Mauro.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Nem chegou à CCJ.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): É o que eu estou tentando informar ao Ver. Mauro.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Nem chegou à CCJ, portanto, na CCJ, não transcorreram as cinco sessões. Só para esclarecer para que não pareça que, estando na CCJ, ela não foi à votação no prazo. A CCJ não recebeu a redação final para analisar. Só para esclarecer.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Ver. Ricardo Gomes, não é obrigação minha encaminhar a redação final para a CCJ. É obrigação, sim, da CCJ votar todos os projetos aprovados na Casa em cinco sessões ordinárias da comissão, votando a redação final. Como não foi votada, eu estou requerendo que a redação final venha para o plenário – estou embasado em artigos do nosso Regimento. O requerimento do Ver. Adeli Sell não foi aceito pela Presidente, então, ele não pode suspender os trabalhos da Casa em relação ao projeto de lei aprovado por 22 vereadores desta Casa. Se o projeto foi aprovado... O nosso Regimento diz que todo projeto aprovado tem o prazo de cinco sessões ordinárias para ser votado pela CCJ; se não foi, se não chegou à CCJ, alguma coisa aconteceu no caminho, e não cabe a este vereador... Cabe a este vereador requerer que a redação final, não tendo sido cumpridos os prazos da Comissão de Constituição e Justiça, venha para o plenário para que ele possa decidir se aceita ou não. É isso o que eu gostaria que fosse cumprido, conforme o Regimento.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Só para esclarecer novamente, Ver. Mauro Pinheiro, a CCJ também não sai pela Casa buscando as matérias, a matéria não chegou à CCJ. Eu entendo que houve um requerimento formulado pelo Ver. Adeli Sell, que existe, mas não houve ainda o juízo de admissibilidade do requerimento – houve consulta à procuradoria e consulta à Comissão de Constituição e Justiça. Havendo o juízo de admissibilidade, ele será arquivado ou encaminhado. De qualquer forma, eu só quero esclarecer que não é dever da CCJ, e nem teria como ela analisar essa matéria enquanto não recebesse votação concluída da Casa. Eu só estou esclarecendo, vereador, até para não polarizar a discussão, que a CCJ não chegou à votação porque ela ainda não foi concluída pelo plenário em razão do requerimento, que pode até ser indeferido, pode ser votado contra. Se o seu requerimento é para votar o requerimento, tudo bem; mas a CCJ não recebeu a matéria, portanto, a CCJ não excedeu nenhum prazo regimental, porque não recebeu o processo. Eu só gostaria que isso ficasse registrado. Muito obrigado.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente Mônica, Ver. Ricardo Gomes, presidente da Comissão de Constituição e Justiça, diz o art. 115: “A Redação Final será elaborada dentro de: I – cinco sessões ordinárias consecutivas, a contar da aprovação do projeto.” Então, portanto, ela foi aprovada, já se passaram 12 sessões ordinárias, e não vejo nenhum fato relevante que possa ser sustentado de que ela possa ser suspensa. Então a responsabilidade é da Comissão de Constituição e Justiça de votar em cinco sessões ordinárias consecutivas. Já se passaram 12; portanto, a CCJ já perdeu o seu prazo de votação, e este vereador está fazendo, simplesmente, um requerimento que gostaria que fosse apreciado pelo plenário para votar, para que o plenário decidirá se quer ou não votar a Redação Final na próxima sessão. Então, eu gostaria que o meu requerimento fosse aceito e que fosse colocado em votação.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Vereador Mauro Pinheiro, eu reconheço plenamente o seu direito de requerer o que bem entenda; sem dúvida alguma,

há soberania do plenário de analisar o que bem entender. Só não posso concordar com o fundamento que V. Exa. Expressa, porque o senhor está requerendo – está fazendo um requerimento – sobre uma base fática errada. O art. 113 diz o seguinte: Aprovado o projeto, o processo será encaminhado à Comissão competente para elaboração da Redação Final. Será encaminhado. Se está aprovado o projeto, se está concluída a votação e ele for encaminhado à CCJ, o prazo será cumprido, enquanto não aprovado o projeto plenamente, e não for encaminhado à CCJ... Até não tem problema se for colocado em discussão; o vereador indaga qual é o tempo aqui, nós estamos, de fato, pré-discutindo o seu requerimento, mas só para esclarecer: o art. 113 diz que só irá para Redação Final após a conclusão da votação, o que não se deu plenamente em razão do requerimento de renovação de votação. Só estou dizendo isso para esclarecer às senhoras e aos senhores presentes que a CCJ não excedeu o seu prazo porque ele nem começou, porque o projeto não chegou à CCJ para elaboração da Redação Final. Eu já tenho conhecimento que a Secretaria da Fazenda, em apoio à DL, o tenha elaborado desde o dia 25 de junho, se não me engano. Portanto, de 25 de junho para cá nem teria os cinco dias. Mas, em todo o caso, para a CCJ não foi encaminhado. Só faço esse registro em defesa dos sete vereadores que compõem a CCJ para os quais a matéria não chegou ainda.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Ver. Ricardo Gomes, o art. 103 diz que aprovado o projeto, o processo será encaminhado à comissão competente, neste caso, a CCJ. Concordo com V. Exa., o projeto foi aprovado dia 30 de abril com 22 votos favoráveis. Portanto, o projeto está aprovado e tem que tramitar na Casa. Eu não conheço nada que possa impedir ou suspender, não tem nenhum motivo para que seja suspenso o andamento do projeto pela Casa, tendo em vista que ele foi aprovado com a maioria de vereadores, com 22 votos, quando a necessidade era de 19 votos. Portanto, o processo está aprovado. Gostaríamos que sejam cumpridos todos os prazos regimentais. Se o senhor diz que está suspenso, quero que me diga em que base, em que artigo, vai suspender a tramitação do projeto pela Casa. Muito obrigado.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Não disse que foi suspenso, só disse que não chegou à CCJ, colega.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Redação Final só é encaminhada à CCJ quando o processo legislativo se encerra. Daí começa a correr o prazo para a CCJ. Ocorre que o Requerimento de renovação é prejudicial em relação à elaboração da Redação Final, até porque o projeto, se for aceita renovação, pode ser rejeitado. Será que consegui explicar agora? Informo que seu requerimento não foi recebido, Ver. Mauro.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos,

logo após a votação do PLL nº 209/15, passar à votação do Requerimento nº 095/19. Após retornarmos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Só antes de começar a contar o meu tempo, eu, pelo barulho do plenário, acabei não entendendo. A senhora já indeferiu, então, o pedido do meu requerimento? É isso?

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Eu não o recebi.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): A senhora não concordou com o requerimento? Certo?

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Devido ao Regimento Interno, eu não recebi o requerimento.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Eu gostaria que a senhora me dissesse, baseado em qual artigo do Regimento, mas eu vou usar o meu tempo de liderança, então.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Primeiro, eu quero ler aqui o requerimento que eu fiz para que todos os Vereadores possam tomar conhecimento do requerimento que fiz à Presidente, que acabou de indeferir. (Lê.): “Ilustríssima Sra. Ver. Mônica Leal, Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. O projeto do IPTU (PLCE nº 005/18), foi aprovado na CMPA [Câmara Municipal de Porto Alegre] em 30/04/19, tendo sido protocolado requerimento com pedido de renovação de votação pelo Vereador Adeli Sell em 02/05/19. Apresentado o Requerimento, o Regimento Interno da Câmara define as únicas duas situações: RECEBER e colocar em votação pelo Plenário na Sessão seguinte ou NÃO RECEBER, abrindo a possibilidade ao AUTOR de RECORRER dessa decisão. Vejo que em nenhum dos dois casos há previsão de suspensão do processo legislativo. O nosso Regimento prevê UMA ÚNICA possibilidade de suspensão dos prazos: aquela definida no inciso IV do § 1º do art. 99 que diz: ‘somente EXCEPCIONALMENTE, em casos dos quais possa resultar lesão grave ou de difícil reparação, será dado efeito suspensivo ao recurso’. Conforme podemos visualizar nos andamentos do processo pelo site da Câmara de Vereadores, o processo 721/18, que trata do PLCE 005/18, após a aprovação em 30/04/19, foi encaminhado à SEÇÃO DE REDAÇÃO LEGISLATIVA para realização da REDAÇÃO FINAL, aonde permaneceu até o dia 13/06/19. As matérias jornalísticas

confirmam que a redação final foi finalizada em junho desse ano, tanto pela Diretoria Legislativa (matéria publicada no Correio do Povo em 24/05/19), como pela própria Presidente da Casa (programa Esfera Pública, rádio Guaíba, em 09/08/19). O Regimento Interno prevê que a Redação Final será votada na Comissão de Constituição e Justiça no prazo de cinco sessões ordinárias consecutivas da aprovação do projeto, até o presente momento, NÃO CUMPRIU COM A DETERMINAÇÃO LEGAL, nos termos do art. 115 do Regimento Interno. Desde a aprovação do projeto, foram finalizadas 12 sessões ordinárias da CCJ, e, até o momento, a redação não foi apreciada. Nesse sentido, com fundamento nos artigos 113, § 2º, e 94, § 3º, al. g do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, venho apresentar o presente REQUERIMENTO de votação da redação final do Projeto de Lei Complementar de autoria do Poder Executivo nº 005/18, que trata da atualização da planta genérica de valores no Município de Porto Alegre, que foi aprovado em Plenário no dia 30/04/19, requerendo que o mesmo seja imediatamente incluído na Ordem do Dia e Priorizado para votação”.

Presidente, com base nesse requerimento, eu gostaria que V. Exa. revisse a sua posição, porque não conheço nenhum artigo do nosso Regimento em que a senhora possa não colocar o requerimento de um vereador para que seja cumprido o Regimento desta Casa. Como eu tenho falado e vou voltar a repetir, a senhora está, infelizmente, se orientando mal, pessoas estão lhe orientando de forma errônea, postergando um projeto que foi aprovado por 22 vereadores desta Casa, deixando de cumprir o Regimento da Casa por uma decisão política que está prejudicando a cidade de Porto Alegre e a decisão deste plenário, que é soberana, quando 22 vereadores tomaram uma decisão. A senhora está beirando, vou repetir de novo, está beirando a improbidade administrativa quando não cumpre o Regimento desta Casa. O Regimento é claro. Eu tenho direito e estou fazendo, através de um requerimento, que a senhora coloque no plenário – é a segunda vez que eu faço – para que o plenário tome a decisão correta e possa decidir pelo projeto já aprovado por esta Casa. Peço que a senhora, mais uma vez, tenha calma e tranquilidade, se cerque de pessoas que, realmente, queiram cumprir o Regimento, e coloque o nosso requerimento em votação no plenário, para que o plenário, soberano como já foi quando decidiu por esse projeto, vote a Redação Final. A senhora não tem nenhum argumento regimental que possa suspender os trâmites normais desse projeto, tendo em vista que são cinco sessões ordinárias da CCJ para votação da Redação Final e já se passam 12 sessões. Então, portanto, a senhora cumpra o Regimento, porque é uma lástima o Regimento não estar sendo cumprido, nem a vontade soberana dos vereadores desta Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Informo aos senhores vereadores e senhoras vereadoras que o requerimento tem uma fase de admissibilidade. Como, na verdade, ainda sequer o processo legislativo foi encerrado, o requerimento não pode ser

votado. Informo que essa decisão sobre o requerimento do Ver. Mauro Pinheiro foi tomada com base no art. 19, inc. II, al. h, do Regimento, que trata da competência.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Dr. José Luiz Strappazzon.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Sra. Presidente, a senhora tomou a sua decisão com base no art. 19, inc. II, al. h. É exatamente essa decisão, Vereadora, que vou ler aqui: (Lê.): “Decidir sobre requerimentos orais ou escritos, processos e demais expedientes submetidos à sua apreciação”. Essa mesma vontade com que a senhora decide contra um requerimento, que está totalmente embasado e que não tem como a senhora negar, a senhora toma de imediato. O requerimento do Ver. Adeli Sell, que foi feito no dia 02 de maio, já passa de cem dias, e a senhora não conseguiu ainda tomar uma decisão. Por isso, eu digo que a senhora está postergando uma decisão, e nós vamos tomar as medidas cabíveis possíveis.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h53min: Feito o registro, Ver. Mauro Pinheiro.

Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Aprego a Emenda nº 02, de autoria da Ver.^a Karen Santos, ao PLL nº 321/17.

Aprego e defiro Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, solicitando arquivamento do PLL nº 189/17.

VOTAÇÃO

PROC. Nº 2074/15 – PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 209/15, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que institui o programa Escola em Cena.

Pareceres:

- da **CCJ.** Relator Ver. Valter Nagelstein: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP.** Relator Ver. Aírto Ferronato: pela rejeição do Projeto;
- da **CUTHAB.** Relator Ver. Eng^o Comassetto: pela aprovação do Projeto;
- da **CECE.** Relator Ver. Tarciso Flecha Negra: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- incluído na Ordem do Dia em 13-03-19;
- votação Nula por falta de quórum em 07-08-19.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLL nº 209/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM** e 05 votos **NÃO**.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 095/19 – (Proc. nº 0373/19 – Ver. Márcio Bins Ely) – requer seja o período de Comunicações do dia 22 de agosto destinado a assinalar o transcurso da Semana Municipal do Corretor de Imóveis.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento nº 095/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 3137/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 051/17, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que institui a Política de Sustentabilidade, Enfrentamento das Mudanças Climáticas e Uso Racional da Energia, cria o Programa de Premiação e Certificação em Sustentabilidade Ambiental de Porto Alegre e dá outras providências.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CECE e COSMAM.** Relator-Geral Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- Com Emenda nº 01;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 10-12-18.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLCL nº 051/17. (Pausa.) O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir a matéria, como autor.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Presidente Mônica Leal, senhoras e senhores vereadores, público que nos acompanha pela TVCâmara, bem como pelas galerias da nossa Câmara Municipal. Este projeto que estamos apresentando institui a Política de Sustentabilidade, Enfrentamento das Mudanças Climáticas e Uso Racional da Energia, cria o Programa de Premiação e Certificação em Sustentabilidade Ambiental de Porto Alegre e dá outras providências. Este projeto teve origem em um grupo de trabalho que, durante seis meses, por um Comitê Municipal de Mudanças Climáticas e Eficiência Energética, instituído pelo Executivo Municipal em 2016, trabalhou durante seis meses, com 31 integrantes, 28 órgãos e entidades de representação governamental e da sociedade civil – cito algumas aqui: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; entidades não governamentais da esfera ambiental; Sindicato Rural de Porto Alegre; Fecomércio; Metroplan, do Estado, e diversas secretarias do Executivo Municipal que trabalharam após a constituição desse comitê, que foi fruto de um decreto, dois meses depois daquele grande temporal que devastou diversas zonas de Porto Alegre, em 2016. Inclusive, Ver. Mendes Ribeiro, esse temporal atingiu, Ver.^a Cláudia, o pátio aqui da Câmara Municipal. Eu era presidente da Câmara naquela ocasião e tivemos aqui árvores tombadas, Ver. Cláudio Conceição, em que as raízes eram mais altas do que eu, o que não precisa muito, mas temos registros junto às raízes das árvores aqui na Câmara Municipal, tamanha foi a força do vento. No entanto, esse comitê não teve continuidade, e o trabalho realizado pelo grupo foi transformado na presente iniciativa que estou apresentando. O projeto traça diretrizes ambientais para diversas áreas, levando em conta um conjunto de características de uma cidade resiliente, que é um outro tema que estamos trabalhando também. E a resiliência, Ver. Oliboni, é a capacidade de as cidades se prepararem, Ver. João Bosco Vaz, para aqueles eventos que não são programáveis, que normalmente são eventos da natureza. Considerando o rápido exaurimento dos recursos naturais do planeta, em virtude da alta concentração da população nas cidades, gerou novos e importantes desafios para a sustentabilidade dos centros urbanos, que são, ao mesmo tempo, espaços de crise, de soluções e de oportunidades, necessitando a implantação de política municipal de mudanças climáticas e eficiência energética. A importância de que as instituições públicas promovam iniciativa no que diz respeito à adoção de medidas que permitam a redução de impactos socioambientais negativos, contribuindo para a economia dos recursos públicos e beneficiando o meio ambiente, por meio da redução da emissão de CO₂, dióxido de carbono, e do volume de resíduos gerados. A divulgação de notícias relativas às previsões de mudanças climáticas globais, nas últimas décadas, e a especulação dos possíveis impactos ambientais, sociais e econômicos sobre o planeta, têm gerado grande apreensão na sociedade. Dos estudos científicos sobre mudanças climáticas, empreendidos recentemente, boa parte sugere o aumento das concentrações de gases de efeito estufa, originários de atividades antrópicas como a principal causa do aquecimento. Embora não haja unanimidade sobre essa questão, a maioria dos

pesquisadores, aparentemente, concorda com a afirmação de que temperatura global média tem aumentado. Dados apontam que, desde 1850, a temperatura da superfície média da Terra elevou-se em 0,76 graus, com acentuada contribuição registrada no último meio século. As previsões dos modelos climáticos desenvolvidos por centros de pesquisas de diversos países, embora diverjam entre si, quantitativamente, coincidem apontar para um cenário socioeconômico de maior estresse e conflito, devido a mudanças na disponibilidade hídrica e na geografia agrícola mundial, bem como a maior frequência de eventos climáticos críticos. É de amplo conhecimento que os recursos naturais que constituem um fator primordial e condicionam o planejamento à gestão e ao desenvolvimento de outros setores do Brasil, dentre os quais se destacam a geração de energia elétrica, o saneamento, a indústria, a agricultura e o turismo. Assim, no caminho para a adaptação às possíveis mudanças climáticas devem se intensificar as políticas que vão ao encontro do incremento da oferta e da gestão da demanda de água, potencializando os recursos não convencionais (reuso, águas de precipitação, etc.), o aproveitamento sustentável, a melhoria da eficiência e a racionalidade na destinação dos recursos hídricos. Nesse campo, há um longo caminho a ser percorrido. Nesse intuito, o presente projeto de lei complementar tem como finalidade continuar as discussões sobre como a cidade opera atualmente, considerando o contexto da construção da resiliência e aumentando a capacidade e seu preparo para os desafios e as oportunidades do futuro. Nesse período de discussão, era o que tinha, Presidente, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLCL nº 051/17.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Eu venho à tribuna neste momento de discussão do projeto de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que institui a Política de Sustentabilidade, Enfrentamento das Mudanças Climáticas e Uso Racional da Energia, cria o Programa de Premiação e Certificação em Sustentabilidade Ambiental de Porto Alegre e dá outras providências. Esta Casa Legislativa produz anualmente uma série de manifestações, propostas, projetos, aprova leis que visam a contribuir para a qualificação do nosso espaço urbano, da nossa zona rural, da qualidade de vida da população desta Cidade, mas infelizmente de nada adianta as nossas iniciativas... E a iniciativa do Ver. Cassio Trogildo é muito meritória; precisamos, sim, ter um cuidado maior com ambiente natural da Cidade, da capital brasileira que já foi a mais verde e atualmente perde, à galope, espaço para outras, porque não temos o devido cuidado, porque a especulação imobiliária avança de forma frenética sobre espaços antes conservados, antes verdejantes.

A nossa cidade é terrível, ela está se tornando uma cidade cinza, uma cidade pavimentada, uma cidade em que se misturam esgotos pluviais, cloacais, sem o devido tratamento. Por isso o projeto tem tanto mérito, mas infelizmente nenhum governo – nenhum governo, não estou criticando uma ou outra sigla – teve uma visão séria a

respeito do ambiente natural, do espaço físico desta cidade – nenhum governo. Sempre colocou outras áreas ou outras tarefas antes da preservação.

Eu temo que um trabalho tão dedicado, feito pelo Ver. Cassio Trogildo, com colaborações, seja mais uma pilha de papéis que alimentam traças, que não serve – a maioria dessas iniciativas – para qualificar a nossa cidade. Temos aqui várias diretrizes com relação à redução de gases estufa, um uso mais racional do transporte público, nós temos aqui a proposta de utilização dos dejetos humanos e animais para a produção de biogás, que é o futuro em termos de obtenção e eficiência energética. Senhoras e senhores, apesar de todas essas iniciativas e esforços, não conseguimos perceber atualmente um governo que vista a camiseta e comece a tirar do papel iniciativas como essa. E eu subo mais aqui em tom de lamentação, para fazer colocações de que, apesar de tanto mérito, apesar de tanto esforço, eu não consigo identificar – pelo menos não em todos os governos até o presente momento, desde que eu me conheço por gente e desenvolvi um senso crítico para fazer uma análise dos governos da nossa cidade – nenhum governo que esteve no Paço Municipal até agora que vá tirar isso aqui do papel. Estamos discutindo, estamos nos esforçando, estamos debatendo o tema, mas o debate, muito provavelmente, vai morrer por aqui, infelizmente, porque o trato que é dado à coisa ambiental, em nossa cidade, é colocado para baixo do tapete. Nós temos aí uma pavimentação irresponsável das ruas da nossa cidade. O asfalto dá voto – todos sabem disso –, e é usado como moeda de troca há décadas nesta cidade. E essa atitude irresponsável ao impermeabilizar o solo aumenta o assoreamento da rede de esgoto pluvial que transborda, que causa alagamento, mas isso dificilmente é tratado. Agora essa é a questão, se estamos realmente debatendo com seriedade um tema que visa a qualificar o Município de Porto Alegre, deveríamos tratar alguns desses temas de uma forma um pouco mais responsável e racional. O papel aceita qualquer coisa, como diz um amigo meu, advogado de formação, o papel aceita qualquer coisa. Agora, o que sai do papel e toma a cidade para mudar a vida das pessoas? Aí é mais difícil. Escrever, votar? Talvez consigamos aprovar essa bela iniciativa; agora, transformar isso aqui em política pública; está para chegar o governo que vai fazer. Esse não vai. Os que antecederam tiveram a oportunidade e não fizeram. O que será de Porto Alegre daqui para frente? Uma boa discussão para os próximos anos. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Na verdade, é só para explicar que a Emenda nº 01 é também de minha autoria e foi para correção de vícios de iniciativa que a Procuradoria da Casa apontou. Então, ela corrige, é uma emenda que está suprimindo algumas questões que a Procuradoria havia apontado como vício de iniciativa. Então, a partir disso, o projeto não terá mais nenhum vício de iniciativa.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): É preciso votar e aprovar a Emenda nº 01 para aprovarmos o projeto. Se for rejeitada, eu voto contrário, se ela for aprovada, somos parceiros.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação a Emenda nº 01 ao PLCL nº 051/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **(Pausa.) APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Lourdes Sprenger, o PLCL nº 051/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM** e 01 voto **NÃO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 2918/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 321/17, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que institui homenagem às mulheres vítimas de feminicídio no Município de Porto Alegre, constituída por um monumento com memorial.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mendes Ribeiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela rejeição do Projeto.

Observações:

- com Emenda nº 01;
- incluído na Ordem do Dia em 03-12-18 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 321/17. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sra. Presidente, senhoras vereadoras e senhores vereadores, só para sinalizar, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores – vereadores Aldacir Oliboni, Marcelo Sgarbossa, Engº Comassetto e este vereador -, nós acompanharemos, votaremos favoravelmente a este projeto de lei, até porque queremos aqui registrar, Ver.^a Fernanda, que o Ver. Moisés acabou discutindo com a Procuradoria Especial da Mulher daqui da Câmara, com bancadas de vereadores, com movimentos de mulheres, alguma modificação – chegamos a um denominador comum. Então, dada essa possibilidade de discussão e de uma generosa negociação, aquilo que é melhor para a cidade, nós vamos acompanhar e votar favoravelmente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver. Fernanda Machado está com a palavra para discutir o PLL nº 321/17.

VEREADORA FERNANDA MACHADO (PSDB): Boa tarde, mais uma vez, a todos e todas. Nós colocamos a Emenda nº 01 para retirar os nomes e para ficar só o monumento em homenagem às vítimas de feminicídio. Eu trago alguns dados importantes: só neste ano, até este mês, foram 34 mortes de mulheres no Estado. Isso é preocupante. Esse monumento é mais do que um monumento, é um marco na luta contra a violência contra a mulher. Eu peço para que os vereadores se atentem, também, a um projeto que o nosso colega, Ver. Airto Ferronato, está colocando aqui e que institui uma data de conscientização sobre o feminicídio. Essas pequenas coisas que a gente faz, que a gente institui é importante na luta contra a violência doméstica. Eu trabalho numa coordenadoria, que atende mulheres vítimas de violência doméstica – todo mês, são em torno de 200 mulheres atendidas, vítimas de violência, só em Porto Alegre. É um dado preocupante, muitas vezes silencioso e que ninguém vê, mas existe a violência, e a gente tem de combatê-la de todas as formas possíveis. A mesma instituição que obrigou o Brasil a criar a Lei Maria da Penha... A Lei Maria da Penha, apesar de ser uma das melhores leis a favor da mulher, não foi um ato do Brasil em favor da mulher, foi uma punição imposta ao Brasil. Foi aí que saiu a Lei Maria da Penha. Essa mesma instituição que impôs que o Brasil criasse essa Lei, também, numa das cidades do México, obrigou a criar um monumento parecido com esse que vamos fazer, por causa da violência contra a mulher. Então, eu peço que vocês tenham a sensibilidade de votar a favor, hoje, deste projeto. Obrigada.

(Não revisto pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 321/17.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidente Mônica, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, nós estamos aqui discutindo um projeto que constitui uma homenagem às mulheres vítimas de feminicídio no nosso Município, através de um memorial. Como já falou a Ver.^a Fernanda, também apresentei uma proposta criando o dia da consciência contra o feminicídio, e nós vamos votar favorável ao projeto que é uma proposta do Ver. Moisés Barbosa, cuja iniciativa é da Ver.^a Fernanda Machado. Estava conversando com ela... Muitos de nós recebemos uma nota do Conselho Municipal das Mulheres pedindo para votar contrariamente com relação ao art. 3º que dizia da colocação dos nomes das mulheres. Há uma emenda retirando esse art. 3º - vou votar favorável à emenda, ao projeto, e acredito que, assim, aceitamos a posição do próprio conselho municipal. Votaremos favoravelmente, pedindo que votem neste sentido. Também com relação à emenda da Ver.^a Karen, que propõe que seja divulgado neste memorial os órgãos de denúncias contra a violência, também votarei favoravelmente. Eu estava falando com o assessor da vereadora que na verdade seria importante colocar esses dizeres num painel afixado ao memorial, porque, senão, a qualquer mudança de telefone ou de nomes,

teríamos que alterar o memorial. Portanto votamos favoravelmente ao projeto e às duas emendas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Registro a presença do ex-deputado estadual Marquinho Lang, atual presidente da FADERS, que está visitando esta Casa. Seja muito bem-vindo, obrigado pela sua presença.

A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLL n° 321/17.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Vereadores e vereadoras, queria saudar a iniciativa do Ver. Moisés, mas a partir do trabalho da Fernanda, dentro da Coordenadoria da Mulher, que, inclusive, estive acompanhando nas últimas semanas, um trabalho difícil, e a gente que está fazendo este papel de articular a rede, escutar um pouco as demandas, a gente percebe diversas barreiras estruturais, de falta de quadro, de estrutura, de tecnologia, para que haja uma comunicação entre as demandas e a Prefeitura, mas eu percebo que é um trabalho de uma iniciativa importante: é ainda a gente ter que falar sobre a questão do machismo e do feminicídio.

Acredito que para além de a gente pensar as políticas públicas que envolvem o acolhimento e a proteção às mulheres nessa luta contra a desigualdade de gênero, dentro do nosso País, a gente ainda tem que enfrentar um senso comum que acredita que a mulher é propriedade do homem, então não tem problema violentar, não tem problema agredir.

Acho que esse monumento, para além de a gente refletir o passado, é para a gente pensar que todo o dia morre uma mulher. Ontem mesmo, na madrugada, em Bento Gonçalves, uma mulher foi vítima de feminicídio. A própria categorização feminicídio foi algo que a gente teve que enfrentar, porque queriam colocar na vala comum dos homicídios; aí tu não conseguirias ter esse recorte, e os precedentes são completamente diferentes do que ocorre com os homicídios.

Então, quero saudar a iniciativa de ter o monumento, e a ideia de a gente ter a divulgação da rede de proteção e de acolhimento é para, justamente, a gente usar isso, não só como uma memória em relação a essas mulheres que se foram – porque a gente sabe que isso cotidianamente segue acontecendo e se a gente não tiver política pública para interferir vai seguir acontecendo –, mas para pensar a rede de acolhimento e de proteção como um canal de comunicação e de divulgação dessas políticas que existem hoje. Sabemos que são escassas? Sim. Sabemos que a gente precisa lutar e batalhar para ampliar essa rede, mas que hoje existe e, por existir, precisa estar na boca do povo, na boca de cada mulher e em cada comunidade que sofre esse tipo de violência, então a emenda é para a gente avançar na nossa comunicação, conseguir colocar a público o que já existe hoje. O Ferronato questionou como seria isso, um adesivo... Aí fica da criatividade de quem construirá o monumento. Acho que a nossa tarefa aqui é legislar no sentido de ter ali todas as redes, todos os telefones, todos os endereços, para que seja,

de fato, um monumento útil para as mulheres que hoje sofrem esse tipo de violência. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLL nº 321/17.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a Presidente da Casa, Ver.^a Mônica; colegas vereadores, vereadoras, público que acompanha a nossa sessão. Essa iniciativa do Ver. Moisés, para muitos, pode não ser tão significativa, mas creio que é muito significativa, na medida em que a Câmara começa a discutir temas que estão na vida, no dia a dia do cidadão, e por que não a violência contra a mulher? Nós percebemos – os dados estão aí – que, em 2017, Ver.^a Fernanda, 4.936 mulheres sofreram algum tipo de agressão, algum tipo de violência: a cada 17 minutos, no Brasil, uma mulher é agredida, sofre algum tipo de agressão. Desse número, 30,7% são casos de feminicídios; portanto, mulheres que perderam as suas vidas; 66% são mulheres negras.

Aqui, no Estado do Rio Grande do Sul, tem uma frente parlamentar do deputado Edegar Pretto, Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher. Nós também aprovamos aqui na Casa essa frente, presidida por este vereador. Já tivemos audiência pública, já tivemos reuniões, temos um grupo de trabalho; queremos propor leis que dialoguem com o poder público nesse sentido. Portanto, Fernanda Machado, que é coordenadora da Coordenadoria da Mulher em Porto Alegre e, agora, é vereadora aqui – mesmo que esporadicamente. Acho importante pessoas serem protagonistas desse movimento de indignação e de busca de solução, porque a gente pasmado com algumas atitudes. Podemos até respeitar, mas temos discordância, quando, por exemplo, o Presidente da República defende a liberação das armas. É lamentável! Que bom que o Supremo interveio e acabou extinguindo o decreto, porque, se hoje já é um problema para se ter um certo controle das armas, assim mesmo, a maior parte dos feminicídios são feitos por cidadãos que utilizam as suas armas que estão ilegais. O que seria da mortandade de homens e mulheres, mas principalmente de mulheres, que em muitos casos são indefesas, por uma situação de desemprego e de uma realidade triste. Quem não conhece Porto Alegre!? Nós andamos pela periferia e sabemos disso, acabam se sujeitando e ficando junto, porque a realidade é nua e crua, e ela não teria como sustentar os seus próprios filhos. São depoimentos trazidos aqui na Frente Parlamentar.

Acho que é um debate muito interessantes, um assunto que não só, comove, mas nos move na defesa da não violência contra a mulher. Parabéns ao Ver. Moisés pela iniciativa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 321/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 321/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mendes Ribeiro, o PLL nº 321/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM** e 02 votos **NÃO**.

VEREADOR ADELI SELL (PT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que o Requerimento nº 096/19 seja votado na próxima sessão.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Adeli Sell. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão, em 2ª sessão, o PR nº 002/17. (Pausa.)

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a retirada do PR nº 002/17 da ordem de priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0450/18 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 032/18, de autoria do Ver. José Freitas, que veda ao Município de Porto Alegre a concessão de incentivos fiscais a empresas condenadas por corrupção de qualquer espécie.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Dr. Thiago: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Airto Ferronato: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relatora Ver^a Karen Santos: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 15-05-19.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL n° 032/18. (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir a matéria, como autor.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; o projeto é bem simples, até acompanhando outros municípios e estados. Eu vou ler a exposição de motivos, que está bem especificada (Lê.): “Apresento Projeto de Lei no intuito de proibir concessão de incentivos fiscais a empresas que tenham envolvimento em corrupção de qualquer espécie nesta Capital. O art. 37 da Constituição Federal afirma que são princípios norteadores da Administração Pública Direta e Indireta, dentre outros, a moralidade, a legalidade e a eficiência. Tal pretensão possui respaldo legal nas Leis Federais n° 12.846, de 1° de agosto de 2013, e n° 8.429, de 2 de junho de 1992, bem como na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, em especial no seu art. 109, ao referir que ‘a pessoa física ou jurídica com infração não regularizada a qualquer dispositivo legal do Município não poderá receber benefício ou incentivo fiscal’. Sendo assim, rechaça a empresa que está envolvida em corrupção a receber benefícios fiscais do Município. Ademais, é indispensável que as empresas que recebam benefícios fiscais, tenham reputação ilibada, e isso é uma forma de valorizar aquelas que atuam de forma correta, dentro da legalidade. O conteúdo deste projeto já é lei no município de Guarantã (MT), em Criciúma (SC) – Lei n° 7.057, de 16 de novembro de 2017 –, e ainda está tramitando nas Câmaras Municipais de Belo Horizonte (MG), Manaus (AM), João Pessoa (PB) e outras capitais brasileiras. Ainda, o deputado estadual Heitor Ferrer (PSB) apresentou o mesmo Projeto de Lei na Assembleia Legislativa do Ceará, e, no Rio Grande do Sul, as cidades de Santa Maria e Esteio também tiveram protocolados projetos da mesma natureza. Desse modo, a concessão de incentivos fiscais, no âmbito do Município de Porto Alegre, a empresas envolvidas em corrupção ou ato de improbidade administrativa se torna incongruente com os preceitos do Estado Democrático de Direito. Estamos vivendo um momento em que a população não suporta mais acompanhar as notícias de corrupção no meio político e econômico nacional e regional, e a Capital deve dar o exemplo de que não patrocina a corrupção. Diante de todo o exposto de forma simples e objetiva, na intenção de fortalecer a administração pública, repudiando a corrupção, efetivando princípios constitucionais, venho apresentar aos nobres pares o presente projeto para apreciação, contando com o deferimento dos senhores.” Era isso, Sra. Presidente e colegas vereadores. Conto com o voto de todos. Anticorrupção!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLL n° 032/18.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar a Presidente Mônica Leal; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Serei sucinto. Ver. José Freitas; votaremos favoravelmente, mas entendo que nem precisaríamos desse projeto, mas como vivemos

no Brasil e a corrupção campeia por este País, naturalmente temos que fechar as portas. O normal, numa democracia e na transparência, seria o poder do Executivo alijar a empresa que comete corrupção, condenando-a. Ou seja, está consolidado a condenação da corrupção. Entendo até que o sistema de transparência do Brasil já deveria liquidar com essa empresa em todos os sentidos, não só no Município; deveria cortar todas as arestas para não deixar uma empresa dessa natureza voltar ao panorama municipal, estadual ou nacional, depois de uma condenação por corrupção; mas, como nós vivemos no Brasil, tudo é possível.

Portanto, eu fiz questão de citar esse aspecto de que nós vamos votar favoravelmente, para mostrar, sem dúvida, que não há brecha, que não há condição de que o prefeito municipal de Porto Alegre possa fazer um contrato ou dar permissão numa licitação a uma empresa que comete corrupção e é condenada. Então quero deixar bem claro e é nesse sentido que eu tenho certeza que nós todos vamos coibir a capacidade de uma empresa prosperar no Município de Porto Alegre, quando condenada por corrupção. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLL nº 032/18.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nossa Presidenta, vereadores e vereadoras, público que acompanha nossa sessão, parabenizando o Ver. José Freitas pela iniciativa, na medida em que dialoga com a ética e com a transparência. Nós percebemos que o *site* Transparência, da Prefeitura de Porto Alegre, como o da Câmara... Eu faço questão de salientar, José Freitas, que esse projeto foi um projeto meu há três mandatos anteriores, na época do prefeito José Fogaça, como também o fim do nepotismo foi um projeto deste vereador. É um projeto semelhante ao teu: o teu fala nas empresas que recebem incentivos, o meu fala da proibição de essas empresas participarem de licitação, quando têm algum registro de desvio de recursos – inclusive o projeto está tramitando e tem recebido parecer favorável em todas as comissões. Eu creio essas iniciativas de vereadores ou vereadoras devem ser aceitas por todos os Executivos, independente de quem esteja na linha de frente do governo, porque ela ajuda a estancar algo que pode estar ilegal e ajuda o governo a não desviar o caminho da fidelidade, enfim, estanca a corrupção.

Nós percebemos que muitas empresas – e nós pesquisamos, por isso nós apresentamos na licitação – já têm ou tiveram alguns problemas gravíssimos, foram presos e depois foram soltos, tendo o desvio da finalidade com o desvio de recurso, mas continuam participando de licitações públicas. Alguns, inclusive, só mudam o nome da empresa. Então, não tem como, nós vamos pegar a pessoa física, ou a jurídica, mas a empresa jurídica que recebe algum tipo de incentivo e que, na verdade, tem antecedente de desvio público.

Portanto, quero lhe parabenizar e dizer que é uma iniciativa louvável e que a nossa bancada votará favoravelmente. Abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o PLL nº 032/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego Processo SEI nº 122.00057/2019-96, de autoria do Ver. Engº Comassetto, que solicita representar esta Casa na cerimônia de inauguração da Estação Cidadania Restinga, na cidade de Porto Alegre, no dia 12 de agosto de 2019.

Aprego o processo SEI nº 049.00046/2019-17, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação na cerimônia de inauguração da Estação Cidadania Restinga, no dia 12 de agosto de 2019.

Aprego o processo SEI nº 053.00070/2019-33, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação na solenidade de formatura em comemoração ao sexagésimo quarto aniversário do 9º Batalhão de Polícia Militar.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dez vereadores presentes. Não há quórum.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h53min.)

* * * * *